



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011149-85.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Exequente: **Eleide Felícia Mariano de Arruda**
 Executado: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS impugnou o cumprimento de sentença que lhe move ELEIDE FELÍCIA MARIANO DE ARRUDA, alegando excesso de execução na medida em que a exequente cumulou indevidamente o auxílio-acidente e a aposentadoria concedida no curso da ação, de modo que não impugna o valor da Renda Mensal Inicial.

A exequente apresentou manifestação sustentando que o INSS teve a oportunidade de informar o juízo quanto aos fatos extintivos e impeditivos de seu direito e o não fez, encontrando-se preclusa a possibilidade de não implantação do benefício de auxílio-acidente, de modo a concluir pela rejeição da impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

A impugnação procede.

Com efeito, o impugnante foi condenado ao pagamento de auxílio-acidente de 50% do salário-de-benefício do segurado, a partir do dia seguinte da cessação do último auxílio-doença, portanto, na vigência da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que deu as seguintes redações aos §§ 1º e 2º do artigo 86 da Lei nº 8.213/91:

Art. 86 - O auxílio-acidente será concedido como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

§1º - O auxílio acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (grifei).

§ 2º- O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do auxílio-doença, auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria (grifei).

Aliás, a ação acidentária foi ajuizada na vigência da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997 (fls. 02 dos autos em apenso).

Referida norma pôs fim à controvérsia existente a respeito da possibilidade de acumulação de aposentadoria, de qualquer espécie, com o auxílio-acidente, vedando-a de forma expressa ainda que instalada a moléstia em data anterior ao advento da lei em tela. O que importa, consoante já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, é a data do início do benefício. Confira-se:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE.APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. CUMULAÇÃO. O auxílio-acidente, conforme a nova redação do art. 86 da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.528/97, não pode ser percebido cumulativamente com a aposentadoria. Recurso Provido (STJ, 5ª Turma, Recurso Especial nº 329.583-SP (2001/0078852-2), v. u., Rel. Min. Felix Fischer, 27.11.2001).

A respeito do tema, oportuno transcrever ementa oficial de v. acórdão relatado pelo Juiz NORIVAL OLIVA, da 2ª Câmara do 2º Tribunal de Alçada Civil do Estado, ao apreciar a apelação 552.855/5:

ACIDENTE DE TRABALHO - BENEFÍCIO - CUMULAÇÃO - VEDAÇÃO DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 86, DA LEI 8.213/91, COM REDAÇÃO DA LEI 9.528/97 (MEDIDA PROVISÓRIA 1.596/97) – VIGENTE NA DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO- APLICABILIDADE. A partir da Medida Provisória nº 1.596, de 10.11.97, convertida na Lei 9.528 de 10.12.97 que alterou o art. 86, parágrafo 2º, da Lei 8.213, de 24.07.91, o auxílio acidente é inacumulável com a aposentadoria.

No caso, prova o documento de fls. 49 que a impugnada se aposentou por tempo de contribuição em 19/01/2013.

Desse modo, com razão o impugnante, haja vista os dispositivos legais supra mencionados e a lição de *Irineu Antonio Pedrotti* segundo a qual o auxílio-acidente “Será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria, ou até a data do óbito do segurado” (Acidentes do Trabalho, ed. Leud, 3.ª ed., p. 357).

Isto posto, ACOLHO a presente impugnação oposta pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e fixo o valor do débito em R\$53.083,39 (cinquenta e três mil, oitenta e três reais e trinta e nove centavos), devendo ser expedido, imediatamente, ofício requisitório.

Publique-se. Intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 30 de março de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**